

Ações buscam apoio aos moradores de rua

Sergipe é o primeiro a aderir à Política Nacional para população que vive nas ruas

Karla Pinheiro

Foi assinado pelo Governo do Estado, através da Secretaria Estadual de Direitos Humanos (SEDHUC), ontem pela manhã, 31 de outubro, o termo de Adesão à Política Nacional para a População que se encontra situação de rua em Sergipe. A assinatura aconteceu durante o primeiro Workshop sobre a População em Situação de Rua do Estado de Sergipe realizado na sede do Ministério Público, através de uma parceria entre o órgão e o Governo do Estado. Sergipe é o primeiro Estado da federação a aderir à política criada em 2009 pelo Governo Federal.

De acordo com estudo nacional realizado em 2007/2008, existem no Brasil em média 50 mil pessoas vivendo em situação de rua. A mesma pesquisa revelou que em 2007, em Aracaju, havia 197 pessoas vivendo nas ruas, mas de acordo com a coordenadora de políticas SEDHUC, uma pesquisa informal apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social revelou que atualmente existem 400 pessoas nas ruas da capital sergipana.

Presente no evento, Gabriel dos Santos, secretário Nacional de Promoção e Defesa Direitos Humanos (SDH/PR), apresentou a Política Nacional e o foco de sua palestra foi as responsabilidades de cada ente da federação. "Hoje (ontem) é um momen-



LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Assinatura ocorreu durante Workshop sobre População em Situação de Rua do Estado de Sergipe

to muito importante, Sergipe é o primeiro estado a aderir formalmente à Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esse é um passo significativo. A partir dessa adesão serão construídas ações mediadas pela SDH/PR e programas, seja no âmbito do trabalho, educação, assistência junto à população em situação de rua no estado e, em especial, na capital", comenta o secretário nacional.

• De Sergipe

A Coordenadora de Políticas Públicas da SEDHUC explica que esse workshop é a primeira conversa sobre a Política Nacional em Sergipe e a partir disso ações e medidas serão adotadas para mudar a realidade do Estado.

"As pessoas em situação de rua são pessoas que vivem em extrema pobreza, sem vínculos familiares, nós precisamos trazê-los de volta, para que eles possam usufruir das políticas públicas. A ideia de hoje é iniciar um diálogo para que a gente tenha uma política articulada, uma política de educação, saúde, moradia, renda, uma maneira de possibilitar melhores condições para que se essa pessoa, se quiser, possa sair da rua e voltar para suas família", explica Raquel

Pacagnella, que informa também que em breve uma pesquisa será realizada no âmbito estadual para verificar o número real de pessoas em situação de rua.

"Depois de criarmos o comitê gestor, vamos nos juntar com a sociedade civil e com a universidade para fazer uma nova pesquisa, para então avaliar a realidade de Sergipe e dessa forma criar uma política estadual adequada", reforça.

Para a promotora de justiça Dra. Berenice, a Política Nacional funciona como uma política de assistência e não de erradicação da problemática dos moradores em situação de rua. "É uma política que irá promover o exercício da cidadania dessas pessoas que vivem em situação de rua. Isso é obrigação do Estado e da sociedade. Reunimos aqui os órgãos estaduais, fazendo uma discussão com todos os órgãos e entidades que já fazem esse serviço com o intuito de promover, agora de uma forma oficial, a assistência porque até então não tinha uma política voltada para isso. O MPE preocupado com a ausência não só no nosso estado, porque essa é uma realidade nacional, trouxemos para cá essa discussão para que aqui a gente fizesse funcionar essa política", esclarece a promotora.



SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL APONTA QUE HOJE EXISTEM 400 PESSOAS MORANDO NAS RUAS DE ARACAJU